

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 31 DE MARÇO A 07 DE ABRIL DE 1981
Nº 139 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro

Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TRABALHADORES URBANOS

METALÚRGICOS DO ABC E DO INTERIOR PAULISTA ASSINAM ACORDO HOJE

Os 35 Sindicatos de metalúrgicos do ABC e do Interior, representando cerca de 400 mil trabalhadores, assinarão hoje às 16 horas acordos salariais com a Fiesp. Os sindicatos apresentaram ontem aos empresários as decisões das assembleias realizadas no final da semana, aceitando o acordo, com exceção de alguns dos itens da proposta da Fiesp. O presidente da junta governativa do sindicato de São Bernardo, Afonso Monteiro da Cruz, justificou a assinatura do acordo pela entidade diante da posição dos empresários de não permitir "nenhuma abertura para continuar as negociações das cláusulas rejeitadas". Na assembleia de domingo, os metalúrgicos haviam rejeitado 12 itens da proposta, inclusive o índice de aumento a título de produtividade, autorizando no entanto o presidente da junta a assinar o acordo, caso os empresários se recusassem a continuar as negociações. Neste caso, o processo teria que ser julgado pela Justiça do Trabalho. No Tribunal, explicou o advogado Almir Pazianoto Pinto, que representou os sindicatos de São Bernardo e Sorocaba nas negociações, "não só poderíamos ter reduzidos os índices de aumento como perder uma série de outras vantagens, como piso salarial e horário do empregado estudante". As outras 11 cláusulas rejeitadas pela assembleia acabaram sendo reduzidas para seis, depois da reunião entre os seis sindicatos do grupo e a comissão de negociações do Grupo 14 da Fiesp. Pazianoto considerou o acordo como um "desfecho razoavelmente satisfatório" das negociações, afirmando que os trabalhadores não abandonarão a luta pelas reivindicações que não foram atendidas, como a dos reajustes trimestrais, jornada de 40 horas, garantia de emprego, etc... "Não foi um bom acordo e os trabalhadores sabem disso", afirmou Arnaldo Gonçalves, presidente do sindicato de Santos. A aceitação, na sua opinião, "não foi um recuo, mas uma medida tática correta para ganhar tempo e se organizar. Os trabalhadores foram massacrados nos últimos meses por pressões psicológicas feitas contra eles, como anúncio de desemprego e redução de jornada, e isso os fez entender que não tinham condições de ir mais adiante". (FSP - 31/03/81)

VOLKSWAGEN RECEBE REIVINDICAÇÕES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

O acesso do DIEESE à contabilidade da empresa, para comprovar se há crise, e a estabilidade de um ano para os empregados, são duas das exigências apresentadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema à Volkswagen, para aceitar a redução da jornada de trabalho dos 38 mil funcionários da empresa. O Sindicato exigiu ainda a suspensão imediata das demissões e a fixação de um critério preferencial de readmissão dos dispensados, à medida que a situação da empresa melhora. Na primeira reunião para discutir a redução, as duas partes (o Sindicato representado pelo presidente da Junta Governativa, Afonso Monteiro da Cruz, e a Volkswagen, representada pelos gerentes de relações trabalhistas, Domício dos Santos e da Divisão de Assistência ao Pessoal, Maurício de Oliveira) não chegaram a um acordo. As negociações continuarão terça-feira. Ao deixar o Sindicato, o gerente da Divisão de Assistência ao Pessoal da Volkswagen disse que a empresa tem interesse numa solução rápida, "pois há um clima quase insustentável de tensão dentro da fábrica". (JB - 04/04/81)

GREVE PARA TRANSPORTE DE SOJA EM MATO GROSSO

Mais de 2 mil caminhoneiros que transportam soja de Mato Grosso do Sul

para São Paulo paralisaram suas atividades protestando contra o baixo preço pago pelo frete de carga. Eles estacionaram seus veículos à margem da Rodovia Raposo Tavares, em Presidente Epitácio, divisa com Mato Grosso do Sul. Até a noite, não houve manifestação por parte dos patrões. O assunto começa a preocupar os produtores, que temem com essa greve um atraso prejudicial ao escoamento da produção de soja. Mato Grosso do Sul está em plena colheita da soja e os armazéns precisam ser esvaziados para dar lugar às novas cargas das regiões produtoras. Saem diariamente de Mato Grosso do Sul, com destino a São Paulo, 3 mil 500 caminhões, a maioria carregando soja. (JB - 31/03/81)

TROPA DE CHOQUE DISSOLVE GREVE

Uma tropa de choque da Polícia Militar dissolveu ontem a greve dos motoristas de caminhões iniciada a zero-hora de segunda-feira, na rodovia Raposo Tavares, próximo à ponte Maurício Joppert, divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul. Os policiais chegaram ao local às 8h10, com ordens de prender quem reagisse, mas os grevistas recuaram diante do pelotão. Os trabalhadores reivindicam maiores fretes para a soja proveniente de Dourados (MS). (ESP - 01/04/81)

CAMINHONEIROS CONCLUEM ACORDO DE FRETE NO PARANÁ

Foi concluído ontem, em Ponta Grossa (PR), o acordo entre os representantes de mais de três mil caminhoneiros da região com as empresas de transporte, que concordaram em cumprir as tabelas da Confederação Nacional de Condutores Autônomos. Com isso, na maioria das cidades do interior do Paraná, com exceção do Norte, a possibilidade de greve foi afastada. Há duas semanas, em Cascavel, no Oeste do Paraná, os caminhoneiros realizaram uma greve de três dias, exigindo o cumprimento da tabela de fretes. A questão foi resolvida com o acordo assinado entre as transportadoras e os principais clientes, as cooperativas agrícolas, que concordaram em cumprir a tabela. (ESP - 02/04/81)

CAMINHONEIROS EM GREVE NO RECIFE (PE)

Cerca de mil caminhoneiros estão em greve, desde ontem, nas principais rodovias de acesso ao Recife e respectiva região metropolitana, em consequência da falta de frete e do baixo preço pago pelas transportadoras. Na segunda-feira, o transporte de uma tonelada entre Recife e São Paulo estava custando 3 mil cruzeiros e, ontem, o preço baixou para 2.500. Reunidos em dois postos de gasolina localizados na estrada da Imbiribeira, na zona sul da cidade, aproximadamente 100 caminhoneiros ameaçam "não transportar as cargas enquanto o preço não subir, uma vez que alguns de nós já chegaram a vender pneus estepes, câmaras de ar e roupas, para retornar a São Paulo". (ESP - 02/04/81)

MÉDICOS PREPARAM NOVO DIA DE PROTESTO

A campanha dos médicos por melhores salários e condições de trabalho passará a chamar-se "Movimento Nacional por Melhores Condições e Remuneração e Trabalho". Essa foi uma das deliberações do encontro de sua executiva nacional que, reunida sábado no Rio, analisou a mobilização atual da categoria, além de procurar novas formas de organização e unidade, tanto para a paralisação marcada para 28 de abril - Dia Nacional de Protesto -, como para a continuidade do movimento. (ESP - 31/03/81)

MÉDICOS DO RIO DECIDEM EM ASSEMBLÉIA PARALISAÇÃO DIAS 7 E 8 DE ABRIL

Em Assembléia dia 27 de março na ABI, no Rio, com participação de 1.500 pessoas, os médicos decidiram paralisar suas atividades por 48 horas, dias 7 e 8 de abril, fazendo apenas atendimento de emergência. Foram divulgados também durante a Assembléia o resultado de uma pesquisa feita no Hospital Miguel Couto onde foram constatadas: falta de enfermeiras, laboratoristas, fisioterapeutas, além de médicos; falta de material cirúrgico, roupa para doentes, remédios e chapas de Raio X; falta de manutenção de equipamento; ausência de concursos para contratação de funcionários; esvaziamento do atendimento ambulatorial; exploração do trabalho de profissionais (residentes e bolsistas). Os médicos anunciaram na Assembléia que vem tendo êxito o contato mantido com organizações populares nas favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, para explicar as razões de seu movimento reivindicatório e pedir o apoio para futuras atividades. (SinMed - Boletim nº 7 - 01/04/81)

UM ACORDO EVITA GREVE NA POLÍCIA

Um acordo realizado ontem entre o secretário da Segurança do Rio, e o governador permitiu a elevação da gratificação por serviço dos policiais civis do Estado e evitou a deflagração de um amplo movimento de protesto pelo aumento concedido à Polícia Militar, cerca de 30% superior ao da Polícia Civil. (ESP - 31/03/81)

TRABALHADORES RURAIS

TRABALHADORES RURAIS DENUNCIAM CRIME

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura encaminhou ofício ao Presidente Figueiredo denunciando o assassinio do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela (AL), José Pedro dos Santos, no sábado passado. O sindicalista foi morto a tiros na porta de sua residência e a Contag, no ofício, afirma que no Município de Capela é comum o desrespeito às leis trabalhistas por parte de maus patrões, "agravado pela prática freqüente de arbitrariedades contra trabalhadores e mesmo contra a atuação do sindicato". Poucos dias antes de ser morto, José Pedro dos Santos distribuiu uma carta aberta à população denunciando essas irregularidades. (JB - 03/04/81)

VIOLÊNCIA NO ARAGUAIA

Em Goiânia, o secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT - divulgou ontem relatório sobre "violentas pressões" que policiais militares, jagunços e funcionários do Getat Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins - estão fazendo sobre dezenas de famílias do povoado de Centro dos Mulatos, município de São Sebastião do Tocantins, no extremo norte do Estado, a 1.500 quilômetros de Goiânia. Esse município se localiza no chamado "Bico do Papagaio", confluência dos rios Araguaia e Tocantins e divisa de Goiás com Maranhão e Pará. Os conflitos naquela área começaram em 1975, quando o fazendeiro Belizário Rodrigues da Cunha e Oliveira expulsou cerca de 600 famílias de posseiros, tendo acabado, inclusive, com o povoado de Campestre. Em julho do ano passado, Denerval Oliveira, irmão de Belizário, embargou os serviços de lavoura de vários posseiros, apresentando uma ordem do juiz de Araguaia, João Batista de Castro Neto, que pouco depois foi afastado pelo Tribu-

nal de Justiça de Goiás, de sua competência sobre a comarca de Tocanti-
nópolis, onde se situa a área conflitada. O TJ alegou exatamente a
atuação do juiz nos mandados contra os posseiros para afastá-lo. Segun-
do a CPT, esses conflitos se reacderam nas últimas duas semanas, quan-
do Denerval Oliveira trouxe 115 peões, a maioria do Piauí, ordenando-
lhes que fizessem a derrubada da mata nos lotes dos posseiros. Estes
conversaram com os peões e a maioria destes, que disse ter sido levada
lá "enganada", desistiu de prosseguir o serviço. Dia 20, chegaram três
funcionários do Getat, ordenando aos posseiros para não embargarem a
derrubada, pois Denerval e seu irmão tinham os títulos da terra. Os
posseiros se negaram a atendê-los, alegando que "muitos títulos já apa-
receram nesta região e há muitos cartórios que vivem de fazer títu-
los", referindo-se à grilagem que campeia na região. (ESP - 31/03/81)

"PELGO" RENUNCIA EM GOIÁS

O presidente da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
Estado de Goiás), Antonio Ferreira Bueno, renunciou ontem ao cargo, pa-
ra o qual havia sido reconduzido ano passado, em eleição contestada pe-
la oposição sindical, que o acusava de ser fazendeiro e não trabalha-
dor rural. (ESP - 01/04/81)

DIRETORIA DA ITAIPU CRITICADA

O deputado Nivaldo Kruger (PMDB-PR), afirmou ontem que os colonos do
Sudoeste e Oeste do Paraná, desapropriados pela Itaipu Binacional, não
deveriam insistir em negociar com a atual diretoria da empresa melho-
res preços pelas terras expropriadas para a construção da hidrelétrica.
Para o deputado, ex-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara,
"não existe dúvida de que os colonos têm direito a uma indenização
justa, que é o preço do mercado da região, variando entre 580 e 600
mil cruzeiros por alqueire, enquanto a Itaipu está oferecendo, no máxi-
mo, entre 380 a 400 mil cruzeiros". Ele entende que se os agricultores
aceitarem essa indenização, não terão condições de comprar terras no
Paraná, embora o Estado precise desses agricultores, "pois tem um alto
desenvolvimento tecnológico". Nivaldo Kruger acha que a única saída pa-
ra o impasse é a entrada dos agricultores na Justiça. "A Itaipu está-
se aproveitando de sua condição de empresa poderosa e tripudia sobre a
fragilidade dos agricultores. Por isso, o ideal seria que os expropria-
dos entrassem com ação coletiva na Justiça por perdas e danos, exigin-
do, ao mesmo tempo, o pagamento das indenizações justas". (ESP - 31/
03/81)

ÍNDIOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONTRA A UNIND E FAVORÁVEL À EMANCIPAÇÃO

O Presidente da República é contra a União das Nações Indígenas -
Unind, entidade criada no ano passado por silvícolas de diferentes gru-
pos, por considerá-la "inconveniente" e "apadrinhada" por pessoas que
visam a incompatibilizar os índios com a política indigenista oficial.
Nesse sentido, proibiu a Funai de prestar qualquer apoio àquela entida-
de. A decisão presidencial baseou-se em relatório do Serviço Nacional
de Informações, segundo o qual são graves os inconvenientes de as na-
ções indígenas se agruparem num só organismo com apoio de pessoas dis-
postas a incentivar os índios contra o governo. Em consequência dessa

orientação, a Fundação Nacional do Índio já está preparando a revisão no Estatuto do Índio evitando que se repitam situações desse tipo, bem como regulamentando o capítulo referente à emancipação, para que não ocorram problemas como o do cacique Mário Juruna, que impedido pelo Governo brasileiro de comparecer ao IV Tribunal "Russel", pôde embarcar graças a "habeas corpus" do Tribunal Federal de Recursos. O novo projeto de emancipação está sendo elaborado pela antropóloga Sônia Marcato e nele os índios poderão ser emancipados mesmo que não requeiram a liberação da tutela. Os primeiros visados no novo projeto são o cacique Mário Juruna e o índio Marcos Terena, que estuda em Brasília e pertence à Unind. Enquanto o projeto de emancipação não fica pronto, a Funai vai aplicar os "indicadores de indianidade". Esses indicadores serão usados pela primeira vez entre os Pataxó, da Bahia e os Utingui, de Alagoas, grupos em elevado grau de integração. Os indicadores, projeto elaborado pela professora de religião, Neide do Vale, a pedido do coronel Zanoni Hausen, assessor especial da Presidência da Funai, estão divididos em quatro pontos: indicadores apontados pela Comunidade Científica, apontados pelos índios (identidade étnica), conceitos apontados pela Sociedade Nacional e indicadores apontados pela Funai. Neste último capítulo, o órgão tutor pretende usar critérios históricos, geográficos, raciais e biológicos, legais e jurídicos, culturais, linguísticos e outros. (FOLHA DA TARDE - SP - 30/03/81)

ÍNDIO ACUSA FUNCIONÁRIO DA FUNAI

O chefe da ajudância da Fundação Nacional do Índio em Barra da Carça (MT), Rodolpho Valentim, está tentando dividir as lideranças xavantes mais representativas e é responsável pelo desvio de parte de 400 milhões destinados às comunidades xavantes de Mato Grosso. É o que denunciou esta semana um grupo de índios que veio a Brasília liderado pelo cacique Aniceto Tsudzaweré, da aldeia de São Marcos. O presidente da Funai recebeu a denúncia por escrito, cuja conclusão adverte sobre a possibilidade de ocorrer um conflito grave. "E se isso acontecer - diz o cacique Aniceto - de quem será a culpa? Dos índios ou da Funai?" O Presidente do órgão tutelar disse que, caso sejam comprovadas as denúncias, o funcionário será afastado. (JB - 06/04/81)

BARRAGEM DE BALBINA INUNDA TERRITÓRIO DOS VAIMIRI-ATROARI

A construção da hidrelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas, à 146 quilômetros de Manaus, vai inundar o território dos Vaimiri-Atroari, confederação indígena que vive ao sul de Roraima. Um grupo ainda arreio, não contatado pela Funai encontra-se na área a ser inundada. A barragem de Balbina se situa a 318 quilômetros da foz do rio Uatuma e seu canteiro de obras fica a 50 quilômetros da aldeia. Informa o missionário Egídio Schwade que a reserva indígena "foi delimitada pelo governo sem levar em conta critérios antropológicos e os direitos imoriais dos Vaimiri-Atroari". Antes mesmo de ser iniciada a obra, os Vaimiri-Atroari já estão proibidos de navegar pelo rio Santo Antônio do Abonari onde foi estendida uma cerca de arame farpado. (FSP - 31/03/81)

MOVIMENTOS POPULARES

A LUTA DA POPULAÇÃO DE SANTO AMARO (SP) PELO SANEAMENTO BÁSICO

A Sabesp, principal convidada para participar da assembléia realizada

no fim de semana passado, em Vila Missionária, quando 13 Sociedades Amigos de Bairro reuniram-se para debater o problema de saneamento básico daquela região de Santo Amaro, não mandou ninguém. Diretores da empresa haviam confirmado suas presenças na reunião, porém, não foram enviados sequer representantes para ouvir as reivindicações dos moradores. A grande luta pelo saneamento básico das Sociedades Amigos de Bairro da região Sul da Capital começou há mais de dois anos, quando os moradores perceberam que as fossas não estavam mais suportando o volume de detritos e que toda a água servida era jogada diretamente na rua, a céu aberto. As 13 SABs começaram a se organizar e decidiram ir diretamente aos órgãos competentes, na esperança de ver seus problemas solucionados. A ausência de representantes da Sabesp não alterou o rumo das discussões. A não ser o atraso com que eles iniciaram a assembléia - uma vez que ficaram aguardando a chegada de representante da empresa - tudo correu normalmente. Durante a assembléia, os moradores analisaram a falta de interesse por parte do governo em providenciar a instalação de rede de esgoto, chegando à conclusão que, embora Santo Amaro seja uma das regiões que mais arrecada ICM, também é a que tem menor índice de benfeitorias. (FSP - 01/04/81)

MOVIMENTO FARÁ MARCHA CONTRA ALTA DOS PREÇOS

Pacotes e latas de leite vazias, mamadeiras e panelas em idêntica situação, não devem faltar na concentração da Praça da Sé, em São Paulo, capital, no próximo dia 14 de abril. Os integrantes Movimento Contra a Carestia deixou a decisão da escolha do melhor objeto representando a carestia, por conta de quem se sentir atingido por ela e comparecer à "Marcha da Panela Vazia", desta vez exigindo o congelamento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e colocando-se contra o aumento do leite, que deve ser anunciado pelo governo dois dias após a concentração. Esta decisão foi assumida durante a agitada reunião do Movimento Contra a Carestia, realizada no último fim de semana no Sindicato dos Motoristas, na qual compareceu representantes de várias organizações. (FSP - 02/04/81)

AS MUDANÇAS NA FAVELA ATRAVÉS DA MOBILIZAÇÃO

Os moradores da favela da Água Funda, em São Paulo, capital, distribuídos em cento e dez barracos, sofreram há três anos uma ameaça de despejo. Para melhor enfrentar o problema, decidiram organizar-se e formar comissão representativa para atuar junto aos órgãos municipais, reivindicando o direito de permanência no terreno. Formou-se, assim, a Comissão dos Favelados da Água Funda que, depois de muita luta, conseguiu não só a permanência dos moradores como também água e luz para todos os barracos além da permissão da Prefeitura para a construção de uma rede de esgotos, feita pelos próprios favelados. (FSP - 01/04/81)

ATO PÚBLICO EM NOVA IGUAÇU VAI EXIGIR DE AUTORIDADES MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

"O povo não pode ficar de braços cruzados. Pagamos impostos, produzimos a riqueza do país e temos que lutar pelos nossos direitos", diz a nota do Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu - RJ. "Por isso, continua a nota, no dia 06 de março de 1981, na reunião da Regional IV com a presença de 24 pessoas representantes de 10 bairros da região, da Pastoral Operária e da Paróquia São Simão, decidiram realizar um ato no centro do Lote XV - Nova Iguaçu - RJ, próximo a feira, domingo, dia 26 de abril de 1981, às 9:00 horas. Com a participação de TODOS OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA REGIÃO E DO POVO EM GERAL. Para este ato serão convidados as autoridades Municipais e Estaduais para que expliquem e

se comprometam a mudar a precária situação de nossos bairros". (Boletim do Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu - RJ)

IGREJA

RELIGIOSOS DÃO APOIO A COLONOS

Durante culto ecumênico realizado ontem pela manhã em Foz do Iguaçu, no Paraná, a CNBB e diversas representações da Igreja de Confissão Protestante deram, em nota oficial, apoio aos colonos ex-propriedades pela Binacional Itaipu, acampados há 18 dias na rodovia de acesso ao canteiro de obras da hidrelétrica. Em seis itens, a nota explica que "o movimento é legítimo e pacífico" e, em virtude disso, "vem recebendo declarações de solidariedade de todo o País"; depois esclarece que "a mobilização regional está contribuindo para que o povo brasileiro tome consciência e se organize coletivamente para combater os males de nosso sistema econômico, que oprime os menos favorecidos". De acordo com o documento, "com o progresso tecnológico e o incentivo oficial às grandes empresas, progressivamente, o homem trabalhador está sendo expulso da terra, e grandes fazendas em mãos de pessoas que não vivem da terra vêm tomando o lugar do pequeno agricultor". Algumas críticas foram endereçadas ao governo, "que não cumpre o Estatuto da Terra que prevê um módulo máximo para os que nela trabalham". Centenas de pessoas acompanharam o culto, entoando salmos, depois anunciaram que preparam uma grande manifestação para o dia 7 de abril, terça-feira, quando pretendem reunir 10 mil agricultores de diversas regiões do Estado para uma marcha. (ESP - 02/04/81)

D LUCIANO ACHA RETROCESSO O REINÍCIO DOS ATENTADOS

"Lamentável. Um retrocesso". Com essas expressões Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - qualificou ontem em São Paulo, o reaparecimento dos atentados a bomba. Afirmando que a Igreja ainda não se definiu sobre os objetivos dos atos terroristas, ele pessoalmente atribuiu-os aos radicais de direita e esquerda interessados em tumultuar o processo político. (JB - 06/04/81)

DEPUTADO VÊ AÇÃO CONTRA AS CEBs

O deputado peemedebista Marcus Cunha (PE) afirmou ontem em Brasília, na reunião da bancada do PMDB, que o general Ludwig foi nomeado para o Ministério da Educação "para liquidar as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja, através do Mobral". A acusação foi feita em aparte ao vice-líder do partido, Carlos Bezerra, para quem a ação contra as comunidades já está em andamento na prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso: "Com o auxílio das forças policiais, numa operação de violência, com a ocupação de escolas e perseguição a líderes políticos da oposição, um dos quais fugiu e continua desaparecido". "O pânico existente em São Félix é igual ao da Uganda no governo do general Idi Amin Dada", observou Carlos Bezerra, salientando que, além das escolas ocupadas pela polícia, os soldados cercam inclusive as reuniões de pais e mestres. Em aparte, o deputado sergipano Jackson Barreto também denunciou a prelazia de Propriá, no seu Estado, está em situação semelhante à de São Félix. Ele provocou gargalhadas quando contou que o secretário de Segurança de Sergipe, abriu um inquérito para apurar a tomada

de armas dos policiais e jagunços, pelos posseiros da região. É que, segundo ele, a firma Seragro contratou jagunços para tomar as terras dos posseiros; estes reagiram e, sem violência, ficaram com suas armas. O secretário de Segurança, disse o deputado, "culpou a Seragro por contratar jagunços covardes". (FSP - 02/04/81)

POLÍTICA NACIONAL

DEPUTADO ATRIBUI AO DOI-CODI ATENTADO A SUA CASA

"Os autores dos atentados terroristas moram no DOI-CODI", denunciou ontem, da Tribuna da Câmara, em Brasília, o Deputado Marcelo Cerqueira (PMDB-RJ). Garantiu que a bomba jogada contra a sua casa, no Rio, não o intimidará a prosseguir "na luta pela democracia e pela liberdade. Deste ideal não me afastarei", mas reconheceu que corre risco de vida. (JB - 02/04/81)

BOMBAS NA GRÁFICA E NA CASA DE DEPUTADO SÃO IGUAIS

Uma bomba que, segundo os peritos do Departamento de Polícia Política e Social, tem as mesmas características da que foi colocada na residência do Deputado Marcelo Cerqueira (PMDB) explodiu na madrugada de ontem, na Arte Gráfica América S.A., na Rua Leôncio de Albuquerque 34, no bairro da Saúde, no Rio. A gráfica é de propriedade do ex-exilado, jornalista e advogado Dimas Perrin. O impressor Olivaldo Gonsaga de Lima, 34 anos, sofreu ferimentos leves, e foi medicado no Hospital Sousa Aguiar. No momento da explosão estava em companhia de Eberaldo Quintino dos Santos, 43 anos, que nada sofreu. A bomba destruiu parcialmente a porta de aço da gráfica - que tinha uma inscrição em spray vermelho MR-8 - parte do relógio elétrico e alguns impressos comerciais. (JB - 04/04/81)

ULYSSES ACUSA GOVERNO DE NÃO APURAR OS ATENTADOS

O presidente nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, responsabilizou o Governo pela não apuração dos atentados terroristas, e previu que "se o Presidente não tiver condições de manter a segurança virá o caos, a anarquia". Ele considerou "inacreditável" que, depois de tantos atentados, não tenham sido identificados os autores. No Brasil estamos em clima de insegurança, que persistirá enquanto persistir o arbítrio, e não havendo segurança todos os outros valores sociais periclitam. (JB - 05/04/81)

NOVO PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL PEDE ELEIÇÃO DIRETA E CONSTITUINTE

Eleições diretas em todos os níveis, de prefeito a Presidente da República; extinção da sublegenda; revogação da Lei Falcão e a não vinculação de votos foram algumas das idéias defendidas ontem, em discurso, pelo novo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, José Bernardo Cabral, interrompido diversas vezes para aplausos das pessoas que lotavam o plenário da seccional Rio da Ordem. Admitindo que a sua presença no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos "logrou um mínimo de resultado prático", o Sr. Seabra Fagundes despediu-se confessando a "mágoa" pela morte de Dona Lida Monteiro da Silva (servidora que à Ordem se vinculava sobretudo pela devoção à institui-

MIGUEL ARRAES ESCLARECE QUE NÃO VETOU O DIÁLOGO

O ex-governador Miguel Arraes, membro da direção nacional do PMDB, negou ontem, em Recife, que tenha proposto veto ao diálogo com o governo ou qualquer outro partido, durante reunião da Executiva Nacional de sua agremiação, em Brasília. Na ocasião foi aprovado um documento elaborado pelo ex-governador que, segundo ele, apenas define como será esse diálogo. O documento afirma que "um diálogo só pode ocorrer, dentro ou fora do partido, quando esses pontos (de divergência e de convergência entre os diferentes setores sociais) são conhecidos e quando há acordo em torno do fundamental. Acertos sobre episódios diversos podem ocorrer, desde que não desvirtuem nem afoguem o principal. Não podem ser chamados de diálogo, mas de conversas que podem se multiplicar a respeito dos mais diversos temas, por vezes importantes porém secundários face à questão central". Segundo o documento de Arraes - que servirá de base à campanha eleitoral do PMDB, como disse seu presidente, Ulysses Guimarães -, "o regime tenta isolar aqueles que a levantam (a questão central) a pretexto de que são infensos ao diálogo. Ao diálogo - acrescenta - todos estarão prontos, desde que ele tenha por base não promessas, por mais bem-intencionadas que sejam, mas que se firmem nos fatos". (FSP - 03/04/81)

DOPS DETÉM 10 PESSOAS EM SÃO PAULO

A Polícia Militar prendeu e encaminhou ao DOPS, na madrugada de ontem, 10 militantes do PMDB, do PT e do PDT. Entre eles professores e jornalistas que no Bairro da Pinheiros distribuíam panfletos contra a instalação do "Governo de Integração" do Sr. Paulo Maluf naquela área. Os presos distribuíam durante a madrugada panfletos assinados pelos diretórios distritais do PMDB, PT e PDT de Pinheiros, Vila Mariana e Cerqueira Cesar, nos quais aconselhavam a população dos três bairros: "Coloque uma tarja preta na sua casa no dia dessa indesejável visita do Sr. Maluf". (JB - 05/04/81)

(Conclusão da última página)

Após a descoberta pelo Radam de grandes jazidas minerais na região, registrou-se uma grande corrida de garimpeiros à serra dos Surucucus, onde há a maior concentração de Ianomamis em território brasileiro.

A Funai declarou como "de ocupação indígena" 21 áreas diminutas e descontínuas, desconhecendo a característica nômade do grupo Ianomami e sua necessidade de áreas grandes e contínuas.

Também o Inera na ocasião promoveu ocupação de parte das terras dos Ianomamis ao iniciar a demarcação de duas glebas em Roraima, com 800 mil hectares.

Todas as ameaças fizeram surgir a idéia da criação do Parque Ianomami, defendida por dezenas de entidades nacionais e internacionais, até mesmo pelo Conselho Mundial dos Povos Indígenas, através da ONU, que o considera de "importância fundamental à preservação do povo Ianomami".

A proposta do Governo não satisfaz as necessidades do povo Ianomami. (FSP - 05/04/81)

PROJETO GOVERNAMENTAL AMEAÇA DIVIDIR IANOMAMIS

Acuados desde 1974 por frentes de penetração em seu território tradicional - principalmente minerações, abertura de estradas e projetos agrícolas - que lhes causaram centenas de mortes por doenças e conflitos, e destruição de vários grupos de malocas, os quase nove mil índios da nação Ianomami - habitantes tradicionais de 13% do Território Federal de Roraima e boa parte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela correm, agora, o risco de terem metade de seu território dividido, com sérios prejuízos para uma população de 2.800 indígenas. É que está em discussão pelo governo uma proposta do Gabinete Civil da Presidência da República para criar na área um Parque Federal e não exatamente o Parque Ianomami, pelo qual desde 1968 várias entidades envolvidas na questão indígena vêm lutando.

A idéia do governo é criar um Parque Federal com 3 milhões e 500 mil hectares, sem as áreas tradicionalmente indígenas do Estado do Amazonas e do rio Catrimani, ao sul de Roraima, nas proximidades da Perimetral Norte. O que equivale a uma redução de 2 milhões e 900 mil hectares na área originalmente pretendida para o Parque Ianomami - segundo proposta de várias entidades indigenistas -, que é de 6,4 milhões de hectares. A proposta governamental, além disso, deixa de fora da área do Parque Federal cerca de cinquenta aldeamentos ianomamis, do total de duzentos já detectados em território brasileiro. Nestas malocas, a população estimada é de 2.800 índios.

A Comissão Pró-Criação do Parque Ianomami já fez seu protesto formal "contra mais esta barbaridade que divide uma nação inteira de índios, desconhece sua necessidade de áreas contínuas e entrega o povo Ianomami a um extermínio lento e progressivo, com o qual ninguém pode concordar em sua consciência". Neste Parque Federal o governo manteria postos de várias autarquias federais espalhados em toda a região, além de batalhões do Exército. As diversas áreas entre os grupos indígenas ficariam assim inteiramente abertas para a exploração mineral da região, com sérios danos ao povo Ianomami, cujo isolamento seria fictício.

A proposta do governo praticamente desconsidera uma característica básica dos Ianomami: seu nomadismo intermitente, já que os exercícios de sua atividade sócio-econômica requerem áreas bastante amplas. Assim, é impossível aos Ianomamis conservar sua cultura e seus costumes intactos numa área reduzida. Os Ianomami não exploram predatoriamente a floresta e os recursos naturais. Após algum tempo num lugar, eles se deslocam, permitindo a renovação das fontes naturais de sua sobrevivência física e cultural.

O povo Ianomami, atualmente, é formado por um total de dezenove mil índios, dos quais nove mil no Brasil e dez mil na Venezuela, na fronteira com o Brasil. Hoje constitui a maior ação indígena de toda a América que ainda conserva cultura, língua e costumes próprios. Pretender dividir uma comunidade Ianomami da outra com redução das áreas de circulação dos índios, é o primeiro passo para sua destruição.

Esta proposta do governo é, na realidade, apenas mais uma das ameaças que desde 1974 vêm pairando sobre aquele povo: abertura da estrada Perimetral Norte (BR-210) (treze aldeias foram praticamente destruídas e mais de dois mil índios morreram de gripe, sarampo e doenças venéreas, além da tuberculose).

(Conclui na página anterior)